

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor
Independente

Banco Randon S.A.

CNPJ 11.476.673/0001-39

NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 09 de agosto de 2021.

1º Semestre de 2021

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon. Nesse sentido, em março de 2021, foi realizado aumento de capital no montante de R\$ 50 milhões com o objetivo de impulsionar os negócios e manter adequados os índices de alavancagem da operação.

Desempenho: O Banco encerrou o 1º semestre de 2021 com carteira de crédito de R\$ 867,3 milhões, sendo 96% classificados nos *ratings* AA, A e B. Durante o 1º semestre de 2021, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 40,5 milhões. No semestre, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 5,9 milhões.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento seja comunicado da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

COVID 19 - A pandemia mudou radicalmente a vida e a rotina das pessoas e das empresas, sob todos os aspectos. A prioridade do Banco é preservação da saúde de funcionários e de suas famílias, reforçando protocolos de higiene e estimulando o trabalho remoto, para buscar maior distanciamento social. Para fomentar os negócios e apoiar seus clientes, o Banco vem adotando com prudência condições de financiamento e flexibilização de pagamentos para os segmentos afetados.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: **Programa Florescer**, com a missão de preparar crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social com menos oportunidades sociais e econômicas, para o exercício da cidadania; **Programa Florescer Iniciação Profissional**, que prepara jovens de 15 a 16 anos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, e **Programa Vida Sempre**, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti – Diretor Administrativo

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 09 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', with a horizontal line extending to the right.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	5	57	9.640
Instrumentos financeiros		894.438	846.437
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.640	2.299
Títulos e valores mobiliários	6	20.461	11.587
Operações de crédito	7.a	851.786	824.640
Outros créditos	7.a	15.551	7.911
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(10.576)	(11.124)
Operações de crédito		(10.497)	(11.085)
Outros créditos		(79)	(39)
Ativos fiscais		7.401	7.629
Correntes		-	76
Diferidos	20	7.401	7.553
Outros ativos	8	15.211	17.093
Créditos diversos		334	241
Outros valores e bens		14.877	16.852
Imobilizado de uso	9	262	209
Imobilizações de uso		676	607
(Depreciação acumulada)		(414)	(398)
Intangível	9	289	245
Ativos intangíveis		654	585
(Amortização acumulada)		(365)	(340)
Total do ativo		907.082	870.129
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		690.142	700.080
Depósitos	10	254.510	260.888
Depósitos interfinanceiros		68.056	119.032
Depósitos a prazo		186.454	141.856
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	26.312	25.908
Obrigações por empréstimos e repasses	12	409.320	353.280
Dívida subordinada	13	-	60.004
Provisões	14	840	683
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15	3.303	6.497
Outros passivos	16	5.914	10.735
Resultado de exercícios futuros	17	1.344	2.091
Patrimônio líquido		205.539	150.043
Capital social	18	185.000	135.000
Reservas de lucros		14.900	15.002
Ajustes de avaliação patrimonial		41	41
Lucros acumulados		5.598	-
Total do passivo e patrimônio líquido		907.082	870.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		40.469	26.886
Operações de crédito	19	39.865	25.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		604	1.176
Despesas da intermediação financeira		(20.199)	(13.857)
Operações de captação no mercado		(6.138)	(4.894)
Operações de empréstimos e repasses		(14.098)	(8.528)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos		37	(435)
Resultado bruto da intermediação financeira		20.270	13.029
Outras receitas/despesas operacionais		(9.896)	(6.927)
Receitas de prestação de serviços		57	78
Rendas de tarifas bancárias		1.334	987
Despesas de pessoal		(4.405)	(3.583)
Outras despesas administrativas	21	(4.790)	(3.281)
Despesas tributárias		(1.048)	(773)
Outras receitas operacionais		879	171
Outras despesas operacionais		(1.923)	(526)
Resultado antes dos tributos		10.374	6.102
Tributos sobre o lucro	20.a	(4.481)	(1.714)
Provisão para imposto de renda		(2.367)	(1.579)
Provisão para contribuição social		(1.962)	(1.518)
Ativo fiscal diferido		(152)	1.383
Lucro líquido do semestre		5.893	4.388
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		184.195	137.899
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,032	0,032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido no semestre	5.893	4.388
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	(1)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	-	(1)
Total do resultado abrangente do semestre	5.893	4.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	5.893	4.388
Ajustes ao resultado:		
(Reversão) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(76)	440
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	39	(5)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	157	101
Constituição de provisão para outros pagamentos	87	300
(Reversão) de provisão de outros valores e bens	(430)	-
Depreciações e amortizações	49	36
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	4.481	1.714
Juros sobre dívida subordinada	188	1.058
Atualização monetária de processos judiciais	-	(91)
Lucro líquido ajustado	10.388	7.941
Variações nos ativos e passivos	4.616	(60.477)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(8.874)	(198)
(Aumento) em operações de crédito	(27.657)	(79.230)
(Aumento) redução em outros créditos	(7.656)	1.016
Redução (aumento) em outros valores e bens	2.404	(4)
(Redução) em depósitos interfinanceiros	(50.977)	(25.205)
Aumento em depósitos a prazo	44.599	8.386
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	405	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	56.040	34.479
(Redução) em outras obrigações	(2.920)	(431)
(Redução) aumento em resultados de exercícios futuros	(748)	711
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1)
Impostos pagos sobre o lucro	(7.523)	(4.910)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	7.481	(57.446)
Aquisição de imobilizado de uso	(76)	-
Aquisição de intangível	(70)	(85)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(146)	(85)
Dividendos pagos	(2.384)	(1.910)
Dívida subordinada paga	(60.193)	(1.610)
Integralização de capital	50.000	60.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(12.577)	56.480
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.242)	(1.051)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	11.939	9.590
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	6.697	8.539
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.242)	(1.051)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638
Integralização de capital (Nota 18)	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.388	4.388
Destinação:						
Reserva legal	-	219	-	-	(219)	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 30 de junho de 2020	135.000	2.166	6.676	14	4.169	148.025
Saldos em 1º de janeiro de 2021	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Integralização de capital (Nota 18)	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.893	5.893
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	(397)	-	-	(397)
Destinação:						
Reserva legal	-	295	-	-	(295)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	185.000	2.660	12.240	41	5.598	205.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

O Banco está tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

Além disso, o Banco ofereceu a flexibilização de pagamentos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, com a Linha BNDES de Renegociação Emergencial (Circular SUP/ADIG BNDES nº 11/2020 de 23 de março de 2020), o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nesse contexto, o Banco disponibilizou também a linha de crédito emergencial Peac (Lei nº 14.042 de 19 de agosto de 2020 e Resolução CMN nº 4.847 de 24 de agosto de 2020), que tem como objetivo facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos.

Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 7.h. e 7.d, respectivamente. A administração do Banco Randon S.A. continua com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Banco não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 09 de agosto de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN. Sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida nas demonstrações do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

o) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

q) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no semestre são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi majorada de 20% para 25%. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retorna para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

r) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

t) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

u) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 20.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	6.640	2.299
Disponibilidades	57	9.640
Total	6.697	11.939
Circulante	6.697	11.939

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação			30/06/2021			31/12/2020
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	20.461	-	20.461	20.529	(68)	11.587

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	24.151	2,78	21.755	2,61
Direitos creditórios descontados	34.235	3,95	39.183	4,71
Financiamentos (b)	793.400	91,48	763.702	91,73
Total	851.786	98,21	824.640	99,05
Circulante	506.126	58,36	525.593	63,13
Realizável a longo prazo	345.660	39,85	299.047	35,92
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	15.551	1,79	7.911	0,95
Total	15.551	1,79	7.911	0,95
Circulante	15.551	1,79	7.911	0,95
Total da carteira	867.337	100,00	832.551	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compropr (*Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:	1.296	0,15	820	0,10
A vencer:				
Até 90 dias	364.133	41,98	403.686	48,49
De 91 até 360 dias	156.248	18,02	128.998	15,49
Acima de 361 dias	345.660	39,85	299.047	35,92
Total a vencer	866.041	99,85	831.731	99,90
Total	867.337	100,00	832.551	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(6.399)	60,50	(6.824)	61,35
Realizável a longo prazo	(4.098)	38,75	(4.261)	38,30
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.497)	99,25	(11.085)	99,65
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(79)	0,75	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(79)	0,75	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.576)	100,00	(11.124)	100,00
Total da carteira líquida	856.761		821.427	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	20.397	2,35	27.167	3,26
20 maiores devedores seguintes	204.780	23,61	235.038	28,23
Demais devedores	642.160	74,04	570.346	68,51
Total	867.337	100,00	832.551	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	20	-	-	-
A	0,50%	310.167	1.551	283.194	1.416
B	1,00%	513.930	5.139	516.040	5.160
C	3,00%	28.830	865	25.746	772
D	10,00%	356	35	138	14
E	30,00%	3.085	926	3.982	1.195
F	50,00%	1.782	891	1.733	866
G	70,00%	72	50	59	42
H	100,00%	1.102	1.102	1.659	1.659
Total		859.344	10.559	832.551	11.124

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	793	1	-	-
B	1,00%	6.934	14	-	-
C	3,00%	266	2	-	-
Total		7.993	17	-	-

Total da carteira	867.337	10.576	832.551	11.124
--------------------------	----------------	---------------	---------	--------

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	11.124	8.628
Constituição de provisão	5.272	12.847
Reversão de provisão	(5.309)	(8.395)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(511)	(1.956)
Saldo final	10.576	11.124

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	31/06/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	634.126	73,11	633.899	76,14
Operações pós-fixadas	233.211	26,89	198.652	23,86
Total	867.337	100,00	832.551	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	42.386	4,89	40.847	4,90
Comércio	267.962	30,89	314.527	37,78
Serviços	541.333	62,41	468.612	56,29
Pessoa jurídica	851.681	98,19	823.986	98,97
Pessoa física	15.656	1,81	8.565	1,03
Total	867.337	100,00	832.551	100,00

g) No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$84 (R\$ 50 em 30 de junho de 2020).

h) No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram renegociadas operações no total de R\$9.999 (R\$217.185 no semestre findo em 30 de junho de 2020). Do montante total renegociado no 1º semestre de 2020, R\$ 190.471 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nº11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função da COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.

i) Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 15.551 (R\$ 7.911 no exercício de 2020). Deste montante, R\$ 15.334 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, que geraram resultado de R\$ 452 no período e as demais operações são referente a duplicatas de terceiros que geraram resultado de R\$ 6 no período. No semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Outros créditos diversos	334	241
Adiantamentos diversos	184	106
Devedores diversos – país	27	12
Depósitos judiciais (Nota 14)	123	123
Outros valores e bens	14.877	16.852
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (a)	14.682	16.653
Despesas antecipadas	195	199
Total	15.211	17.093
Circulante	4.885	16.970
Realizável a longo prazo	10.326	123

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Custo	Provisão para desvalorização	30/06/2021 Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	31/12/2020 Custo líquido
Imóveis	16.300	(1.184)	(434)	14.682	16.653
Total	16.300	(1.184)	(434)	14.682	16.653

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

9. Imobilizado de uso e intangível

		30/06/2021		31/12/2020	
	Custo corrigido	Depreciação /amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
Mobiliário	262	(221)	41	46	15,5%
Equipamentos de processamento de dados	271	(151)	120	83	35,7%
Equipamentos de comunicação e segurança	143	(42)	101	80	19,5% e 25,2%
Imobilizado de uso	676	(414)	262	209	
Sistemas de processamento de dados	428	(188)	240	144	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	49	-	49	101	
Licenças e direitos autorais de uso Intangível	177	(177)	-	-	
	654	(365)	289	245	49,3%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2020, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

10. Depósitos

Em 30 de junho de 2021, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 155% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (99% a 183% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Além disso, existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxa de 7,35% ao ano. Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2021					Total	Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo			Total		
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses			
Interfinanceiros	50.472	17.584	-	-	17.584	68.056	
A prazo	32.215	11.503	17.013	125.723	154.239	186.454	
Total	82.687	29.087	17.013	125.723	171.823	254.510	

	31/12/2020					Total	Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo			Total		
		De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses			
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032	
A prazo	1.838	25.121	11.958	102.939	140.018	141.856	
Total	103.615	42.376	11.958	102.939	157.273	260.888	

11. Obrigações por emissão de letras financeiras

	30/06/2021		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira garantida - LTEL	26.312	-	26.312
Total	26.312	-	26.312

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
Total	25.908	-	25.908

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A LTEL-LFG no valor de R\$25.900, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, possui correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% ao ano fixado pelo Banco Central do Brasil.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2026.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 6,30% a.a. a 7,14% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 6,50% a.a. a 6,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 4,14% a.a. a 4,24% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	30/06/2021				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	1.189	3.133	4.322	2.200	6.522
Repasses do País – FINAME	32.528	100.871	133.399	269.399	402.798
Total	33.717	104.004	137.721	271.599	409.320

	31/12/2020				
	Circulante			Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
Total	27.488	87.187	114.675	238.605	353.280

13. Dívida subordinada

	30/06/2021		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	-	-	-
Total	-	-	-

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
Total	4	60.000	60.004

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possuía remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 04 de março de 2021, houve resgate antecipado do valor total da letra financeira.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Natureza	30/06/2021					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	1.997	2	123	10
Total	840	4	1.997	2	123	10

Natureza	31/12/2020					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Cível						
Indenizatória	-	-	1	1	-	-
Trabalhista	683	4	534	2	123	10
Total	683	4	535	3	123	10

	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo
Depósitos judiciais (Nota 8)	38	85	-	123
Provisão para riscos trabalhistas	358	482	-	683

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	683	427
Constituição de provisão	157	259
Reversão de provisão	-	(3)
Saldo final	840	683

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.246	6.442
Impostos e contribuições diferidos	57	55
Total	3.303	6.497
Circulante	3.303	6.497

16. Outros passivos

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores e outros credores diversos (a)	2.176	5.800
Salários e encargos	1.132	834
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	540	7
Fiscais e previdenciárias (b)	690	862
Sociais e estatutárias	571	2.576
Outras obrigações diversas (c)	805	656
Total	5.914	10.735
Circulante	5.798	10.602
Exigível a longo prazo	116	133

(a) Refere-se a repasse de recursos FINAME, adiantamento na venda ativo não financeiro e outros fornecedores.

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

17. Resultado de exercícios futuros

	30/06/2021	31/12/2020
Comissão por financiamento	1.344	2.091
Total	1.344	2.091

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Compropr (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$185.000 (R\$135.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	30/06/2021	31/12/2020
Ordinárias	92.097.583	68.949.435
Preferenciais	92.097.583	68.949.435
Total	184.195.166	137.898.870

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 30 de abril de 2021, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.987, além de dividendos complementares, no montante de R\$ 397, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2020.

No 1º semestre de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do semestre/exercício	1.987	1.910
Dividendos complementares provisionados	397	-
Dividendos provisionados	-	1.987
Pagamentos realizados no semestre/exercício	(2.384)	(1.910)
Saldo atual no semestre/exercício	-	1.987
Dividendo por lote de mil ações - R\$	-	0,014

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2021.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Empréstimos	1.256	722
Direitos creditórios descontados	3.838	2.233
Financiamentos	34.687	22.705
Recuperação de prejuízo	84	50
Total	39.865	25.710

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$240 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2021 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi majorada de 20% para 25%. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retorna para 20%.

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.374	6.102
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(4.668)	(2.664)
Adições permanentes	(20)	(32)
Exclusões permanentes	72	94
Outros ajustes (I)	135	888
Total	(4.481)	(1.714)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(4.327)	(3.093)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(2)	(4)
IRPJ e CSLL ativo diferido	(152)	1.383
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(4.481)	(1.714)
Alíquota efetiva	43%	28%

(I) Do montante de R\$888 de outros ajustes em 30 de junho de 2020, R\$332 refere-se a ganho conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.036	2.805	(2.876)	4.965
Receitas diferidas	941	4.056	(4.325)	672
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	75	227	(22)	280
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	921	-	(388)	533
Provisão para riscos trabalhistas	308	70	-	378
Outros	272	301	-	573
Ativo fiscal diferido	7.553	7.459	(7.611)	7.401

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	340	(265)	75
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	170	138	-	308
Outros	1	275	(4)	272
Ativo fiscal diferido	4.246	17.568	(14.261)	7.553

Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	11	1	(12)	-

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	30/06/2021	31/12/2020
2021	1.252	2.178
2022	2.036	2.056
2023	4.085	3.287
2024	13	15
2025	15	17
Mais de 5 anos	-	-
Total	7.401	7.553

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 5,07% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$6.745 (R\$7.108 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 2,88% a.a.).

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

21. Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de processamento de dados	2.121	1.189
Despesas de serviços técnicos especializados	1.493	956
Participação dos empregados	455	338
Despesas de serviços do sistema financeiro	142	180
Despesas de promoções e relações públicas	108	28
Despesas de comunicação	105	61
Despesas de aluguéis	86	82
Despesas de publicações	55	55
Despesas de depreciação e amortização	49	36
Outras despesas administrativas	176	356
Total	4.790	3.281

22. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos Provisão		Diversos	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	2.386	1.229	(12)	(6)	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	25	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	6.502	3.372	(33)	(17)	-	-
Fras-le S.A.	872	-	(4)	-	-	-
Freios Controil Ltda.	1.455	1.207	(7)	(6)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	375	298	(2)	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	3.744	1.805	(19)	(9)	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	4
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	-	1	7
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1
Total	15.334	7.911	(77)	(39)	26	12

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada (Nota 13)		Credores diversos		Bônus por financiamento (*)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(10.391)	(831)	-	(60.004)	-	-	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(61.130)	(46.101)	-	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(7)	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	(1.344)	(2.091)
Total	(71.521)	(46.932)	-	(60.004)	(7)	-	(1.344)	(2.091)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compro (Floor Plan) e CDC (Nota 17).

	Resultado							
	Despesa							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	(347)	(733)	(189)	(1.058)	(924)	(461)	(6)	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(727)	(289)	-	-	(437)	(267)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	(10)	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	-	-	(4)	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	(17)	-
Rasip Alimentos Ltda	-	-	-	-	1	-	-	-
Dramd Participações e Administração Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda	-	-	-	-	(45)	-	-	-
Pessoas físicas	-	(29)	-	-	-	-	-	-
Total	(1.074)	(1.051)	(189)	(1.058)	(1.407)	(732)	(40)	-

	Resultado							
	Receita							
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Rendas de operações de crédito		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	20	52	70	1	-	5
Randon Veículos	-	-	-	3	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	2	2	11	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	5	6	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	9	3	110	-	1	-
Fras-le S.A.	-	-	9	5	26	-	-	-
Freios Controil Ltda.	-	-	2	3	43	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	7	-	192	-	1	-
Empresas Randon	9.575	7.371	-	-	-	-	-	-
Total	9.575	7.371	54	74	452	1	2	5

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$988 (R\$819 em 30 de junho de 2020), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 30 de junho de 2021 são representados por R\$65 (R\$100 em 30 de junho de 2020) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 26.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	283.135	229.654
Nível I (NI)	283.135	205.653
Capital Principal (CP)	283.135	205.653
Capital social	215.000	165.000
Reservas de capital	43.266	43.368
Lucros acumulados	28.261	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	418	418
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(3.810)	(3.133)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	24.002
Dívida subordinada	-	24.002
Ativos ponderados pelo risco	1.378.722	1.328.242
Risco de crédito	1.000.716	968.177
Risco de mercado	2.491	4.707
Risco operacional	375.515	355.358
Risco de taxa de juros da carteira bancária	12.431	4.213
Margem de capital (*)	172.837	123.395
Índice de Basileia	20,54%	17,29%
Capital Nível I	20,54%	15,48%
Capital Principal	20,54%	15,48%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

25. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nos 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As tabelas aplicáveis ao Banco Randon do Relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Banco são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou essa variável em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

26. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2020 e foi realizada por atuários independentes. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve mudança no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial. As contribuições efetuadas no semestre montaram R\$112 (R\$123 em 30 de junho 2020). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 30 de junho de 2021 é de R\$36 (R\$44 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

27. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$10.514 para danos materiais (R\$10.514 em 31 de dezembro de 2020).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Resultado não recorrente

	30/06/2021	30/06/2020
Eventos não recorrentes		
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	(123)	-
Resultado não recorrente	(123)	-

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1